

• Política

CONSTITUINTE

Grande número de emendas pode dificultar votação

por Francisca Stella Fogó de Brasília

Quinta-feira, dia programado para o início da votação do projeto de Constituição pelos 93 membros da Comissão de Sistematização da Constituinte, um congestionamento de destaques, estimados em 10 mil, promete dificuldades. Somente o PT apresentará mil destaques para votação de emendas ao projeto Cabral. Os demais partidos de esquerda e a ala esquerda do PMDB estão dispostos a valer-se dos destaques como trunfo para negociar a aprovação de suas propostas.

Para serem votados, 10 mil destaques consumiriam 416 sessões seguidas, de oito horas, da Comissão de Sistematização. Rigorosamente, pelo regimento interno da Constituinte, porém, o prazo de conclusão do projeto a ser remetido ao plenário é fatal. Deveria ter-se encerrado na última quinta-feira, dia 17. Mas foi duas vezes adiado pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

O projeto, pelo novo calendário, deverá ser discutido em avulsos no dia 11 de outubro e em seguida remetido ao plenário.

Como o prazo é fatal, o secretário geral da Mesa da Constituinte, Paulo Afonso, acredita que, na eventualidade de a Comissão de Sistematização não conseguir concluir o proje-

to até o termo previsto no novo cronograma, o relator, deputado Bernardo Cabral, deverá suprir a falta com a apresentação de um parecer oral ao plenário da Constituinte.

Os partidos de esquerda, porém, já estão munidos de argumentos contrários ao entendimento do secretário. Se o prazo efetivamente fosse fatal, pondera o assessor jurídico do PT, Pedro Dallari, o projeto já deveria ter sido remetido ao plenário. O prazo somente poderia ter sido estendido por deliberação da maioria do plenário da Constituinte, o que não ocorreu em qualquer dos dois adiamentos. O presidente da Constituinte bancou a decisão do adiamento, a primeira vez solitariamente e a segunda vez após consulta aos líderes dos partidos políticos.

Nesta segunda-feira e também na terça-feira o cronograma dos trabalhos da Comissão de Sistematização prevê a apresentação dos destaques. Quarta-feira, a secretaria da Mesa deverá organizar os destaques para que sejam votados pela ordem de apresentação. Quinta-feira tem início a votação. Dois constituintes a favor e dois contra poderão encaminhar a votação dos destaques. O relator terá cinco minutos para se manifestar. A votação do projeto deverá processar-se por títulos e por capítulos, ressalvados os destaques.

“O parlamentarismo tem maioria”

por Cecília Pires de Brasília

O consenso alcançado pelo grupo parlamentarista na Constituinte em torno da proposta que prevê a implantação deste tipo de governo em sua forma plena em 1989 e a decisão dos onze parlamentaristas do PFL na Comissão de Sistematização de tornar pública sua intenção de voto na comissão podem dar aos parlamentaristas os 47 votos necessários para a aprovação do novo sistema na comissão. Esta era a expectativa das principais lideranças do PMDB, no início da noite de sexta-feira.

O líder do partido na Câmara, deputado Luis Henrique, computava cinquenta votos a favor do parlamentarismo na comissão, dentro do levantamento feito entre todos os partidos ali representados, excluindo-se o PT, que se declara presidencialista.

Caso o PT altere sua posição, de acordo com Luis Henrique, este quórum subiria para 52.

A emenda consubstanciada por representantes dos vários grupos parlamentaristas, que o relator Bernardo Cabral comprometeu-se a incorporar a seu substitutivo, cuja publicação era aguardada para as primeiras horas da madrugada de sábado, ganhou o consenso na fórmula permanente de parlamentarismo. Ela foi encontrada, basicamente, na emen-

da do senador Nelson Carneiro, mas foi acrescida com sugestões da emenda dos senadores Carlos Chiarelli, Afonso Arinos e José Fogaca. A fórmula proposta no texto para as disposições transitórias, porém, foi rejeitada pelo grupo do senador Mário Covas, coordenado pelo deputado Euclides Scalco.

Embutida nesta indefinição está a própria divisão dos parlamentaristas quanto à duração do mandato do presidente Sarney e, por extensão, dos próximos presidentes. E é nesta questão polêmica que o deputado Prisco Viana, um dos mais fiéis interlocutores do presidente Sarney no Congresso Constituinte, apostava para continuar acreditando que o governo conseguiria reverter votos a favor do presidencialismo.

A solução encontrada pelo grupo parlamentarista para o período de transição do parlamentarismo para o presidencialismo, fixado em doze meses, foi considerada controversa pelos próprios parlamentaristas. Ela prevê que, no próximo ano, Sarney deveria nomear uma comissão de transição, composta por nove membros e um ministro extraordinário para presidir a ela. Manteria todas as atuais prerrogativas do presidente, inclusive a de nomear o primeiro-ministro, delegando a ele as atribuições que julgar conveniente, podendo até exonerá-lo sem o parecer

da Câmara dos Deputados. Para o líder em exercício do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, deixar as atribuições em mãos do presidente, exclusivamente, é inaceitável. Para o vice-líder do PFL na Câmara, deputado Alceni Guerra, a própria existência da comissão de transição e de um ministro extraordinário, numa fórmula pouco clara de implantação do parlamentarismo, “poderia desmoralizá-lo”.

Uma fórmula de consenso começou a surgir na tarde de sexta-feira para superar este impasse e poderia ser incorporada pelo deputado Bernardo Cabral. Nas disposições transitórias, no período de doze meses que antecede a implantação do parlamentarismo, o regime poderia permanecer presidencialista. Os parlamentaristas acreditavam ainda poder chegar a um consenso, até o dia 8 de outubro, último dia das votações da Comissão de Sistematização, em torno do mandato do presidente Sarney.

Sem acordo, Cabral decide

por Francisca Stella Fogó de Brasília

Pressionados pelo tempo, doze horas antes de terminar o prazo para a entrega do projeto de Constituição, líderes empresariais e de trabalhadores sentaram-se à mesa com o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, em busca de uma solução de consenso sobre jornada de trabalho e garantia ou estabilidade no emprego. Uma hora depois de iniciada a conversa, tudo ainda estava na estaca zero, e a reunião foi encerrada pelo relator com a promessa de decidir, ele mesmo, como disciplinar a questão trabalhista no projeto.

Cabral reuniu o presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva, o presidente do CUT, Jair Meneguelli, o presidente do CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o sindicalista Jacó Bit-

tar, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, e o diretor jurídico da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Ruy Altenfelder, que foi representando o presidente da entidade, Mario Amato.

Os representantes dos trabalhadores defendem a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a estabilidade no emprego. Mas, durante a reunião, propuseram fórmulas de conciliação. Aceitariam negociar a redução gradual da jornada de trabalho e abririam mão do previsto taxativo de estabilidade no emprego em favor de um sistema eficiente de garantia no emprego.

Os representantes dos empresários, porém, deixaram claro que lutariam pela aprovação do texto da emenda popular patrocinada pelas indústrias do Rio Grande do Sul.

A emenda popular, assinada por 32 mil eleitores, propõe cinco exceções à regra da garantia da relação de emprego: contrato a termo; falta grave; serviço temporário; superveniente de fator econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa; e “pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço, na forma da lei”.

Lula e Meneguelli ponderaram que a proposta empresarial significaria manter tudo como é agora. A decisão de demitir continuaria exclusivamente nas mãos do empresário.

Na negociação, os trabalhadores propuseram que a indenização progressiva fosse mantida, mas deveria ficar claro que a demissão somente se justificaria se ocorresse uma das quatro exceções à regra da estabilidade.

A luta pelo presidencialismo

por Edson Beú de Brasília

No mesmo dia em que se encerrava o prazo para o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), apresentar sua versão final de seu substitutivo, o presidente José Sarney decidia fechar questão, definitivamente, na defesa do presidencialismo, convocando para essa missão todos os seus ministros. “Os ministros vão trabalhar de forma objetiva pelo presidencialismo, mas sem usar a máquina do governo”, afirmou o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, após a reunião realizada sexta-feira de manhã, entre o presidente e sete de seus auxiliares, no Palácio da Alvorada. “A partir de agora, o governo está aberto à negociação, mas dentro de uma solução presidencialista”, sintetizou, em seguida, o chefe do Gabinete Civil.

Simultaneamente, Sarney recomendou ao seu líder na Câmara dos Deputados, Carlos Sant’Anna (PMDB-BA), que escolhesse, junto aos adeptos do presidencialismo, uma das propostas do gênero em circulação na Constituinte e armasse, imediatamente, uma estratégia de ação para aprová-la na Comissão de Sistematização. Costa Couto adiantou que a emenda do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) é a que mais atende aos interesses do governo, prevenindo o fortalecimento do Legislativo. Como principal concessão do Executivo, a emenda confere ao Congresso Nacional o direito de destituir ministros.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

Ferreira Lima (PMDB-PE) da necessidade de os congressistas identificados com a posição do governo iniciarem uma espécie de “campanha” contra o parlamentarismo. Nesse trabalho, segundo o deputado, eles devem, de forma sistemática, desenhar para a opinião pública uma imagem a mais pessimista possível do sistema.

O secretário de imprensa, Antônio Frota Neto, disse que Sarney desistiu de negociar porque os parlamentaristas não haviam chegado a uma fórmula de consenso. O próprio presidente lembrava, no programa radiofônico, que “as divergências, a multiplicidade de fórmulas e os casuismos mostraram bem que as melhores e mais puras intenções e convicções não conseguiram sensibilizar, pela paixão política e ressentimentos, o grande terreno de um novo pacto”.

A partir dessa análise, explicou Frota, o presidente sentiu-se obrigado a voltar à sua posição de 18 de maio, quando, em pronunciamento à Nação, defendeu a redução de seu mandato para cinco anos, com presidencialismo.

Segue aqui a íntegra do discurso do presidente Sarney:

CONVERSA AO PE DO RÁDIO
18.09.87

Brasileiros e Brasileiras, bom dia.

Aqui vos fala, mais uma vez, o presidente José Sarney, nesta conversa ao pé do rádio desta sexta-feira, dia 18 de setembro.

Estamos numa semana em que os temas dominantes no País foram as preocupações de natureza política. As definições que estão iminentes em nossa Assembleia Nacional Constituinte.

Quero dizer que minhas opiniões nesta área tiveram sempre a finalidade de defender o interesse nacional. O que eu desejo é que a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade, e possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam no País instituições democráticas fortes. A democracia vive de leis, mas vive muito da convivência e da prática democrática. E uma estrutura legal, é o Estado de direito, mas também é um estado de espírito, de educação política. Educação política em que se sabe que o direito de cada cidadão termina onde começa o direito de outrem.

Eu não tenho nenhum interesse pessoal a defender nos temas que estão sendo travados, mas tenho a obrigação e o dever de não ser omissivo. Tenho a responsabilidade perante a Nação.

A experiência de governo, a minha vivência de homem público me traz a convicção de que não temos ainda as instituições suficientemente fortes capazes de enfrentar, sem dificuldades, as crises. Não temos uma velha tradição partidária, não temos burocracia constituída em carreira e selecionada pelo mérito, não temos experiência efetiva do sistema de governo parlamentar.

As divergências, a multiplicidade de fórmulas, os casuismos mostraram bem que as melhores e mais puras intenções e convicções não conseguiram sensibilizar, pela paixão política e ressentimentos, o grande terreno de um novo pacto.

Considerando estas realidades manifestei-me, em maio, por um presidencialismo moderno, com práticas parlamentares que fortifiquem o Congresso e assegurem que essa vivência possa dar, em termos de futuro, condições para um regime mais sofisticado.

As manifestações pelos cinco anos de mandato, o fiz com a certeza de que esse prazo é o melhor para o País. Disse que abria mão dos sete anos para o qual foi eleito Tancredino Neves, e cujo mandato, por direito próprio e constitucional, me foi outorgado em face de sua morte. Não me move nestas decisões nenhum desejo de poder. Não existe nenhum constituinte que eu tenha procurado para aliciar, utilizando o governo em razão da discussão do mandato. Minha conduta tem sido sempre a mais correta. O po-

der para mim não é uma festa, muito menos uma fonte de satisfação. Exerço o para cumprir um dever e serviço público sem lamúrias nem queixas, mas com o grave senso de grandeza de presidir a República, o meu país.

Antes de terminar, eu quero dizer que estamos na Semana da Arvore, e o dia 21 será o Dia da Arvore. Isso nos coloca frente ao desafio problema da defesa do meio-ambiente. Devemos estar sempre voltados para essa luta contra a devastação da natureza, que é grave no Brasil e em todos os países do Terceiro Mundo. Já no meu governo, tenho procurado dotar a sociedade dos meios para defesa do meio-ambiente. No ano passado mesmo, com outros atos que trataram o assunto, nós criamos áreas de proteção ambiental, que envolvem a ilha de Fernando de Noronha, o atol das Rocas, os penedos de São Pedro e São Paulo e a criação da estação ecológica de Angra dos Reis. Vamos defender os nossos rios, nossas matas, lagos e lagoas, animais que nelas vivem e que são fatores de equilíbrio ecológico e garantia de sobrevivência do homem.

Quero também ressaltar neste programa que se iniciou ontem a “Semana de Transição”. Nesta semana procuramos o governo e a sociedade os números dos alarmantes acidentes de trânsito, as mortes frequentemente de famílias inteiras, nas estradas. No que se refere ao governo, tenho a dizer que o Ministério dos Transportes está empenhado em restaurar milhares e milhares de quilômetros e já restaurou mais de 4 mil e 200 quilômetros de estradas este ano. Da mesma forma, nós estamos preocupados, procurando identificar, para corrigir, cerca de 2 mil chamados pontos-negros das estradas, porque é neles que nós verificamos a maior incidência de acidentes.

BRASIL E URUGUAI JUNTOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

— “CONVERSA AO PE DO RÁDIO” —
O “café da manhã” com os ministros, como preferiu chamar os assessores do presidente da República, começou às 7h30. Mas, duas horas antes, no programa “Conversa ao Pé do Rádio”, Sarney já justificava a sua decisão política de partir para o corpo-a-corpo, na defesa do presidencialismo: “O que eu desejo é a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e, possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam, no País, instituições democráticas fortes”.

maternidade, na terceira idade e no campo da deficiência.

A LBA é hoje a maior agência de desenvolvimento social do governo brasileiro. Por intermédio de seus numerosos programas ela tem podido chegar a um número crescente de brasileiros, através da substituição consciente e auto-sustentada do assistencialismo tradicional por formas mais modernas e atualizadas de ação social e de capacitação profissional. Nesse sentido, a LBA tem sido o principal instrumento da ênfase social do governo brasileiro e de sua opção preferencial pelos pobres.

Ao longo do processo de expansão, aprofundamento e modernização de nossas atividades temos procurado desenvolver a vertente da cooperação externa, seja bilateral, seja multilateral. Temos perfeita consciência de que o encurtamento das distâncias, por obra do progresso tecnológico, criou novas oportunidades de contatos externos também na área social, em termos de dar e de receber, de intercambiar experiências, de consultar sobre êxitos e eventuais insucessos, enfim, de somar esforços em busca de soluções mais criativas, operacionais, econômicas e satisfatórias em matéria de tempo e de resultados. Com esse espírito, e movida exclusivamente com esse fim, estimulamos sempre o presidente da LBA, doutor Marcos Vilaça, a abrir e explorar novas avenidas de cooperação, seja com países amigos, seja com organizações internacionais. Esse esforço já começa a frutificar e os resultados atingidos nos animam a prosseguir nele.

A contigüidade geográfica, os laços da história, a identidade de propósitos e metas nacionais recomendam, de forma muito natural, que o Brasil e o Uruguai cooperem também no campo da assistência social. De nossa parte, oferecemos aos irmãos uruguayos o nosso capital de experiência. Um significativo quanto próprio volume do problema de assistência social num país de dimensões continentais, como é o Brasil. De nossa parte, esperamos conhecer os caminhos trilhadados pelos irmãos uruguayos na busca de solução para os seus próprios problemas no setor.

Honra-me, sobretudo, que a comissão do Presidente do Conselho Consultivo da Legação Brasileira em Assisnência, mediante a espontânea, realmente extraordinária, de contribuir para expandir e fortalecer ainda mais as relações entre os nossos dois países, trazendo, para o seu contexto, a obra maior e nobre do amparo a aqueles que mais necessitam da atenção e do apoio dos Estados e de seus governantes.

Quero anunciar, também, que neste mês ainda eu estarei visitando as plataformas de exploração de petróleo de Campos, no Estado do Rio. Vou ver o trabalho dos nossos técnicos da Petrobrás. O Brasil hoje produz quase 600 mil barris de petróleo por dia, cerca de 60% do consumo nacional. Se comparamos com o que há seis anos produzíamos, que eram 180 mil barris, estamos orgulhosos da Petrobrás por esse serviço. Triplicamos a nossa produção, o que é um feito extraordinário. E deve-se frisar que a produção de petróleo no Brasil tem-se sustentado sem prejuízo das nossas reservas recuperáveis, que hoje superam a casa dos 2 bilhões e 500 milhões de barris de petróleo.

Saudamos também com grande euforia a descoberta do petróleo no Amazonas, na bacia do rio Uruçu, uma grande área nova que também será uma importante contribuição ao setor do petróleo do Brasil.

Para finalizar, quero dizer que minha mulher, Marly, encontra-se no Rio Grande do Sul para instalar algumas creches, fazer alguns convênios e visitar o grande povo gaúcho e também para encontrar-se na fronteira com a Sra. Martha Sanguinetti, esposa do presidente do Uruguai, para firmar um convênio de cooperação na área social dos dois países.

Minha palavra final, que é sempre uma palavra de otimismo. A economia vai vencendo seus momentos mais duros e a inflação de setembro não deve ser maior do que a de agosto. Esperamos, assim, que se acomodem os preços relativos para termos índices mais baixos. Essa é a nossa esperança. Como sempre afirmei, vamos vencer e estamos vencendo com a ajuda das brasileiras e dos brasileiros.

Bom dia e muito obrigado.